

UTOPIA E PÓS-MODERNIDADE: SEIS TESES*

Tom Moylan**

Resumo: Este ensio apresenta reflexões sobre utopia e pós-modernidade, observando cinco perspectivas: a utopia na história (sobre as transformações na escrita utópica ocorridas no decorrer dos séculos); a utopia como objeto de estudo; os termos do relacionamento entre utopia e ideologia; a utopia como estrutura de sentimento; o movimento dual da utopia entre negatividade e positividade. São discutidas também as relações entre pós-modernidade, espacialidade e articulação utópica.

Palavras-chave: Utopia. Pós-modernidade. História. Ideologia. Estrutura de sentimento. Espacialidade.

Utopia, como nos disse Oscar Wilde, é “o único país que sempre foge ao nosso alcance” (1954: 34). Além disso, conforme a colocação de Charlotte Perkins Gilman em 1915, “no esforço consciente em direção ao aperfeiçoamento, iniciamos continuamente mais uma viagem ao outro-lugar utópico” (1979: 76).¹ Atualmente, enquanto adentramos em um novo século muito diferente daquele previsto por Wilde e Gilman, nosso momento histórico é, em vários

* Esta é uma versão ligeiramente revisada da palestra que dei, durante o período em que fui pesquisador nas áreas de Tecnologia, Retórica e Utopia, no Banff Centre for the Arts em fevereiro de 1992. Originalmente publicada em: RANDOLPH, Jeanne (Ed.) *The city within*. Alberta: Banff Centre for the Arts, 1992, p. 3-14. Para esta publicação, o texto recebeu uma segunda revisão e uma atualização.

** Tom Moylan é Professor Glucksman de Contemporary Writing in English do Departamento de Línguas e Estudos Culturais, University of Limerick, Irlanda. Moylan é autor de *Demand the impossible: science fiction and the utopian imagination* e *Scraps of the Untainted Sky: science fiction, utopia, dystopia* e co-editor de *Not yet: essays on Ernst Bloch* (com Jamie Owen Daniel) e *Dark Horizons: science fiction and the dystopian imagination* (com Raffaella Baccolini). É também diretor do *Ralahine Centre for Utopian Studies*. Sua nova pesquisa é sobre utopismo na Irlanda.

¹ Traduzimos *elsewhere* por *outro-lugar* [NT].

aspectos, o pior e o melhor dos tempos para a utopia – para estudá-la e construí-la.

Tornou-se trivial observar que os séculos XX e XXI, com suas guerras, fome, terrores e culturas massificadas, não têm sido tão favoráveis ao impulso utópico quanto, talvez, outros períodos históricos – como o século XVII na Inglaterra, o XVIII na França e o final do XIX na América do Norte. Aproximando-nos de nosso próprio tempo, desde a Segunda Guerra Mundial, positivistas, stalinistas, publicitários, ideólogos do fim da ideologia, anti-comunistas, chauvinistas, racistas e pragmatistas baratos de várias orientações têm atacado amplamente o fazer utópico. Mais recentemente, representantes do pensamento desconstrutivista pós-68 têm sido categóricos em seu desafio às presunções da utopia enquanto discurso útil. Certamente, as críticas pós-estruturalistas têm sido sustentadas por razões importantes, mas, de certa forma, nos questionamentos que vão da sagaz ironia ao ácido cinismo, o espírito do impulso utópico foi mais freqüentemente abandonado do que transformado.

Focalizando um passado mais remoto, com o início da modernidade econômica, e especialmente com o capitalismo monopolizador, imperialista e de consumo – como também, de forma complicada, o seu avesso stanilista – a utopia vem sendo cercada e cooptada por falsas promessas, enquanto os sonhos de uma vida melhor têm sido reduzidos aos limites dos pesadelos capitalistas. Ao passo em que entramos num novo século, essa força exploradora estende-se a todos os cantos do globo, como também aos nossos corpos e *psiques*; mais recentemente, essa operação de longa data – de controle e negação da utopia – vorazmente aventura-se nos novos territórios da Europa central e do leste europeu. Num sentido muito sóbrio, na economia global de hoje, não há mais um espaço exterior para se situar um “não-lugar” ou um “bom lugar”.

Mas, talvez, seja exatamente essa implosão a oportunidade para o surgimento de formas de se construir a utopia que rompem os limites da modernidade, ou mesmo da pós-modernidade. Pois esses são, insisto em argumentar, tempos propícios para projetos utópicos. Nos movimentos políticos, na academia e nas artes, o impulso utópico tem sobrevivido às intempéries sofridas. Certamente, os movimentos mundiais políticos e artísticos dos anos 60 e 70 foram, em grande

escala, responsáveis pelo renascimento e pela renovação da utopia em nosso tempo. Naquilo que os Students for a Democratic Society (SDS) na Alemanha denominaram “a longa marcha através das instituições”, forças e visões utópicas têm obstinadamente persistido, mesmo nos momentos mais difíceis dos anos 80 e estão agora, argumentaria, emergindo através de formas renovadas e auto-reflexivas.

Tendo em mente essa sensibilidade realista, embora utópica, pretendo rever alguns pontos básicos relativos ao discurso utópico através da apresentação de seis teses sobre utopia no nosso momento de pós-modernidade.²

UM: UTOPIA NA HISTÓRIA

Enquanto o impulso utópico parece estar ativo em muitas culturas, ao redor do mundo e através dos tempos, utopia enquanto forma textual pode ser estudada como um campo muito particular da história das sociedades ocidentais.³ Os fios que tecem os modernos

² Essas teses citam alguns dos escritores significativos que têm ajudado a formar nossa compreensão atual do impulso utópico. Entretanto, por conta dos limites de tempo e espaço, há outras contribuições importantes que não citei, mas que informam profundamente o que tenho a dizer. Em primeiro lugar, as teóricas feministas, como Catherine McClenahan (*Textual politics: the uses of the imagination in Joanna Russ' The female man*, 1982, p. 114-25), influenciaram meu trabalho sobre utopia crítica e o trabalho de Donna Haraway continua de forma especial a complicar e prolongar minha percepção do utópico (*A Manifesto for Cyborgs: Science, Technology and Socialist Feminism in the 1980's*, 1985, p.65-107). Em segundo lugar, resta-nos aprender muito com uma exploração mais aprofundada da convergência entre as teorias utópica e pós-colonial. Até o momento, tenho considerado de grande ajuda os trabalhos dos teólogos da libertação, como Gustavo Gutiérrez (*A theology of liberation: history, politics, salvation*, 1973) e teóricos, como Edward Said (*In the shadow of the West*, 1985, p. 4-11).

³ Como resultado desse enfoque sobre a utopia, no limitado contexto da cultura ocidental moderna e pós-moderna, há alguns silêncios profundamente gritantes neste artigo. Tais silêncios continuarão até que o

textos utópicos foram sendo gradualmente fiados a partir de várias fontes – a tradição judaico-cristã, bem como a greco-romana, a filosofia e a teologia de uma elite dominante, como também a cultura popular e, em sentido mais amplo, as operações e os discursos complementares e conflitantes dessas poderosíssimas invenções da modernidade: capitalismo, democracia e racionalidade (em suas variantes crítica e instrumental).

Enquanto forma literária determinada, o texto utópico ocidental é delineado a partir de dois gêneros literários anteriores – a sátira e narrativa de viagens –, re combinando-os como um novo veículo para a teoria política através da narrativa social. Neste ponto, entretanto, quero retomar o lançamento do texto utópico de Thomas More, em 1516, no sentido de observar que essa “primeira” utopia foi escrita por um homem branco intelectual e burocrata interessado em buscar uma ordem moral que contestasse os danos do capitalismo ascendente, mas que também trabalhava numa posição privilegiada e poderosa, num dos emergentes estados modernos. Considerando-se as forças determinantes do pensamento de More, é preciso lembrar que a utopia – ou pelo menos o texto utópico no Ocidente – nasce a partir das tendências críticas do Iluminismo humanista, mas também das tendências hegemônicas formadas pelas estruturas de poder e exploração colonial e doméstica. Em outras palavras, as forças satíricas, oposicionistas e críticas da utopia eram instantaneamente cooptadas e contestadas pelos discursos dominantes dos relatos de viagens de caráter colonial, demarcador e cerceador. Portanto, a forma diferenciada que surge de tal união oferece visões alternativas e provocadoras que constituem, ao mesmo tempo, narrativas limitadoras.

Daquele ponto de “origem”, a escrita utópica passou por várias transformações, com o passar dos tempos e à medida que o intertexto utópico tornava-se mais substancial em termos de diversidade e debate. Quero aqui observar várias dessas transformações fundamentais no intertexto utópico ocidental. Note-se, num primeiro momento, a transição, em torno de 1850, da utopia sistemática para a heurística. Isto

lugar da utopia nas sociedades não-ocidentais e pós-ocidentais seja melhor referido e compreendido. Gilman localiza esse ponto em *Herland*.

é, nos anos que antecederam o controle exercido pelo capital financeiro, após o fracasso das revoluções de 1848 – quando outras possibilidades sociais ainda existiam –, a forma utópica tradicional que prevalecia configurava alternativas sistêmicas largamente prescritivas e pedagógicas, visando uma sociedade ainda em formação. Na era subsequente, caracterizada pela hegemonia capitalista, uma nova tendência utópica oferecia topografias mais provocadoras, performáticas e “alternativas” que poderiam exercer papel subversivo nas sociedades já dominadas pelas estruturas econômicas e políticas mais bem estabelecidas daquilo que estava se tornando o capitalismo monopolista. Em seguida, nos primeiros anos do século XX, houve uma mudança em direção à face mais obscura, sob a forma da narrativa distópica: à medida que o aparato econômico, ideológico e psíquico do capitalismo fordista – bem como as estruturas do estado autoritário e imperialista – apoderou-se de bem mais vasta proporção da sociedade e do cotidiano, os mundos distópicos, que eram então piores do que no presente, ofereciam uma resposta utópica mais forçosamente estimulante, enquanto a esperança assumia a forma de sua própria negação.

Na era do capitalismo tardio e sua estética pós-moderna, outra mudança importante ocorreu no final dos anos 60 e na década de 70, com o surgimento das “utopias críticas”. Fortemente presente nas obras de ficção científica, tal modulação criativa funcionava dialeticamente com seus precursores utópicos e distópicos e incorporava o estilo auto-reflexivo do pós-modernismo, oferecendo tanto uma crítica em relação à sociedade contemporânea, quanto um desafio aos limites da escrita utópica tradicional. As utopias críticas proporcionaram uma visão de esperança renovada e fortalecida, em sintonia com o crescente impacto dos movimentos oposicionais socialistas, feministas e ecológicos da época. Uma outra virada desenvolveu-se na década de 80, em resposta à bem sucedida reestruturação do capitalismo transnacional e ao surgimento das políticas culturais e governamentais neo-conservadoras. A partir do niilismo característico da nova tendência em ficção científica chamada *cyberpunk* e da ressonância do aniversário do clássico *Nineteen eighty-four*, de George Orwell, ocorreu mais um redirecionamento da escrita distópica. Contudo, diferentemente da distopia clássica – com seu enfoque sobre o poder do Estado e sua falta, no tocante a

possibilidades utópicas em sua narrativa –, a nova distopia crítica buscou inspiração na sensibilidade pós-moderna de seu precursor utópico imediato e ofereceu uma visão distópica das dimensões econômica e cultural da sociedade, mesmo ao reter a esperança, perceptível em suas páginas, sob a forma de enclaves e coalizões oposicionais que desafiavam a ordem dominante. Ao chegarmos ao final do século XX, portanto, essa forma crítico-distópica estava mais uma vez abrindo caminho para as novas possibilidades de uma escrita explicitamente utópica, uma mudança em direção à articulação de novos espaços e processos de esperança que ressonavam com o crescente movimento anti-capitalista e ofereciam um novo olhar sobre os terrores do capitalismo global bem como uma visão de uma oposição recém-agrupada que incluía os direitos humanos, ambientais e trabalhistas e os grupos identitários agora melhor organizados e mais auto-críticos em suas posições.⁴

DOIS: UTOPIA COMO OBJETO DE ESTUDO

Não aprofundarei a discussão sobre as várias definições de utopia e os debates em torno delas, mas pretendo enfaticamente salientar algumas noções importantes desenvolvidas sobre a produção acadêmica contemporânea acerca da utopia. Lyman Tower Sargent compôs dois pontos-chave concernentes a este discurso: primeiro, a utopia tem múltiplas manifestações como pensamento político, como criação artística e como ação política e social; e, em segundo lugar, a utopia concerne inicialmente a um *topos*, a um espaço e a um movimento através do tempo, partindo do espaço presente em direção a outro melhor ou pior (como sugerido no trocadilho formado pelo “u” de utopia, que significa nenhum lugar e pelo “eu” de eutopia, que se refere a um bom lugar) (SARGENT, 1975, p. 137-48).

Existe uma estrutura familiar da utopia literária que freqüentemente influencia outras expressões do utópico em política e

⁴ Para informações adicionais sobre a transição de 1850, ver a discussão de Williams sobre o trabalho de M. Abensour em “Utopia and Science Fiction” (p. 202-203). Para estudos sobre a utopia crítica, ver Moylan *Demand the Impossible*, p. 10 e 41-52. E sobre a distopia crítica, ver Moylan *Scraps of the Untainted Sky*, sobretudo os capítulos 6 e 10.

em arte: a estrutura básica composta por três partes inclui a viagem a utopia, a turnê pela utopia (com o acompanhamento do diálogo dramático entre o guia e o visitante) e o relato após a volta para casa (com seu chamado profético para mudança ou sofrimento das terríveis conseqüências do sistema social presente).

Gostaria de comentar também a questão levantada por Ruth Levitas sobre o fato de que a utopia tem sua base, primeiramente, no *desejo* humano – que ela entende como sendo aquele que surge da apreensão da lacuna oriunda da escassez, mas que normalmente é compensado no nível da fantasia – e, em segundo lugar, na *esperança* humana – que ela vê como um movimento mais ativo, correlacionado a uma oposição às condições históricas reais (1990, p. 199-200). Vale enfatizar que Fredric Jameson (1977, p. 6-21) argumenta ser a utopia acima de tudo sobre forma, e não sobre conteúdo; sobre processo, e não sobre modelo. Finalmente, gostaria de reafirmar a ligação feita por Ernst Bloch entre o âmbito semiótico do ainda-não-consciente psicológico/cultural com as condições materiais do ainda-não-tornado. Ou seja, o elo entre a latência dos esforços humanos e as tendências da história como ela realmente se nos apresenta (1986, p. 127-31). Bloch lembra-nos, com seu senso de utopia concreta, de descermos à terra e lidarmos com o que realmente está acontecendo no mundo.

TRÊS: UTOPIA E IDEOLOGIA

Neste tópico, quero apenas observar que nossa compreensão sobre a utopia, em termos de seu relacionamento com a ideologia, já ultrapassou a oposição binária bastante simplista feita por Karl Mannheim, na qual a ideologia mantém o atual estado das coisas e a utopia busca transformá-lo. Devido às extensões e críticas subseqüentes ao trabalho de Mannheim, feitas sobretudo por Bloch e Jameson, percebemos melhor como utopia e ideologia necessitam, informam e atuam uma na outra, sempre trabalhando juntas para onde quer que olhemos. É suficiente, agora, citar a observação de Jameson de que “o efetivamente ideológico é também, ao mesmo tempo, o necessariamente utópico” (1981, p. 286), acrescentando que o inverso também é verdadeiro.

QUATRO: UTOPIA COMO ESTRUTURA DE SENTIMENTO

Uma forma profícua de compreender a vitalidade do impulso utópico é considerá-la nos termos do conceito de estrutura de sentimento, elaborado por Raymond Williams. Embora a ligação entre utopia e ideologia seja útil, ela pode também muito facilmente restringir o entendimento da dimensão utópica como sendo apenas aquilo que se apresenta nas macroestruturas e práticas dos aparatos econômico-político-ideológico vinculados aos sistemas institucionais e oficiais (sejam dominantes ou de oposição). Contudo, conforme indicado por Wilde e Gilman – e sugerido pelos termos impulso e tendência – utopia é um fenômeno mais sutil, mais provisório, mais ativo do que sugere sua simbiose com ideologia. Assim, pode-se argumentar que o elemento utópico (e o adjetivo é bastante apropriado) é uma qualidade profundamente contida na *psique* do ser humano moderno e em ação nos interstícios mais íntimos e familiares da vida cotidiana.

Sob essa óptica, a articulação da utopia enquanto estrutura de sentimento oferece-nos uma forma útil de revelar como o elemento utópico funciona no campo social. Permite-nos observar que as macrovisões das atividades utópicas, que tendem a ser lineares – e muito facilmente transformadas por aquilo que Jeanne Randolph chamou de “o etos tecnológico” –, têm suas raízes nas microestruturas do cotidiano, numa “consciência prática”, que é mais diversa, mais relacional e mais ilimitada. Podemos, então, entender que o impulso utópico age como, nas palavras de Williams, “pensamento enquanto sentimento e sentimento enquanto pensamento”.

Apenas citarei um trecho de Williams para esclarecer, neste contexto teórico, a noção de uma estrutura utópica de sentimento:

A consciência prática é quase sempre diferente de consciência oficial, e isso não é apenas uma questão de liberdade ou controle relativos. Pois a consciência prática é o que na verdade está sendo vivido, e não apenas o que se pensa estar sendo vivido. Contudo, a alternativa real para as formas fixas recebidas e produzidas não é o silêncio: não é a ausência, ou o inconsciente que a cultura burguesa mitificou. Trata-se de um tipo de sentimento e pensamento que é na verdade social e material, mas cada um deles numa

fase embrionária, antes que possa tornar-se uma troca inteiramente articulada e definida. Suas relações com o já articulado e definido são, portanto, excepcionalmente complexas (1977, p. 130-31).

Como uma estrutura de sentimento, portanto, o impulso utópico pode ser entendido – dando prosseguimento ao uso da terminologia de Williams – como uma “experiência social” que continua em processo, “por solucionar”, como uma “hipótese cultural” que é “menos simples do que as hipóteses a respeito do social estruturadas formalmente, porém... mais adequada ao escopo de evidência cultural da atualidade” (1977, p. 132-33).

CINCO: O MOVIMENTO DUAL DA UTOPIA

Devido à ligação entre utopia e ideologia – e também o sentido de utopia enquanto estrutura de sentimento –, a primeira deve ser fundamentalmente baseada na negatividade para que funcione tão efetivamente quanto possível, e seja tão oposicional quanto se oferece potencialmente. Em outras palavras, a utopia deve ser baseada no reconhecimento das realidades primárias de não-identidade, não-sincronicidade, diferença, fluidez. Partindo desse fundamento – como nos lembram Adorno e Bloch –, e apesar do cínico recuo sugerido por uma reação neo-nietzscheana, as provocações positivas da utopia podem aventurar-se adiante. Através de um pessimismo gramsciano do intelecto e de um otimismo da vontade (GRAMSCI, 1971), o impulso utópico, como uma “negação determinada daquilo que meramente é” (BLOCH; ADORNO, 1988, p. 12), pode derrotar o medo e abrir o caminho em direção às visões e ações antecipatórias.

A adequação entre negatividade e positividade dessas manobras utópicas é fechada – tão fechada a ponto de ser “simultânea”, conforme Jameson sugere –, mas nunca tão fechada a ponto de que seja possível ao positivo tornar-se primário. Pois, com esse tipo de primazia, surge a armadilha da utopia tecnológica (da qual nos previnem Williams e Randolph). Não, o positivo no discurso utópico deve (*pace* Derrida) sempre ser o positivo *sob apagamento*:

deve ser auto-reflexivamente positivo, pré-conceitualmente⁵ positivo, provisoriamente positivo, relutantemente positivo, resistentemente positivo – deve ser o positivo pronunciado de tal modo que imediatamente comece a interrogar-se tão logo seja falado.

SEIS: PÓS-MODERNIDADE, ESPACIALIDADE E ARTICULAÇÃO UTÓPICA

De volta ao presente – nosso presente severo e novo, caracterizado por uma nova era no modo de produção global e uma nova ordem planetária em que o capital se dirige de um sistema industrial “fordista” para outro sistema “pós-fordista” de produção e reprodução, com base na informação. Essa é uma ordem que leva ao alargamento da lacuna entre ricos e pobres, à redução dos setores intermediários industriais e gerenciais e à negligência sistêmica, ou o “abandono”⁶, de grande parte da população mundial que é deixada permanentemente desempregada e desprovida de salários ou direitos e a quem são negados papéis em tomadas de decisão e ações de controle. Essa é uma ordem em que o capital tem sido cada vez mais gerenciado por corporações transnacionais, que vão além dos vínculos formais em direção aos estados nacionais. É uma ordem em que o espaço – ou a espacialidade, entendida enquanto construção social (contestada e contestável) do espaço – tem assumido força e importância renovadas, ao longo do tempo e da história⁷.

Contudo, este é também um momento que poderia ser oportuno pela oposição que lhe é própria: é um momento em que maneiras de conhecer e representar o mundo que privilegiam e negociam espaço sob formas renovadas estão assumindo importância

⁵ O termo utilizado no original é “pre-conceptually”, que aponta para a formação prévia de uma idéia em relação a sua elaboração conceitual [NT].

⁶ Conforme descrito por Eric Alliez e Michel Feher, 1986, p. 314-59.

⁷ Para uma introdução mais extensa a respeito dessa situação, ver David Harvey, *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change* (1989); Henri Lefebvre, *Everyday life in the modern world* (1984); e Edward W. Soja, *Postmodern geographies: the reassertion of space and critical social theory* (1989).

e eficácia estimulantes. É um momento, portanto, aberto ao poder daquele discurso específico e orientado pela espacialidade: o da utopia.

O que este desafio envolve – que manobras utópicas estão agindo no momento – é uma questão premente. Algumas dessas manobras podem ser localizadas em produções literárias e teóricas recentes⁸. Por um lado, escritores de ficção científica *cyberpunk*, como William Gibson, oferecem uma acomodação popular e de um pessimismo em voga como sendo a única opção capaz de ser vislumbrada; contudo, após um exame mais minucioso, pode-se argumentar que – seguindo o espírito de oposição do “Manifesto for Cyborgs”, de Donna Haraway – tal acomodação pode girar em torno de si mesma e ser evitada através do tipo de ação utópica e provisória mapeada por Michel de Certeau (1984, p. 16-18) ou Michael Taussig (1987, p. 393-4), tal como o conhecimento social implícito é entendido e posto em ação como uma tática de uso do sistema contra ele mesmo, de utilização das ferramentas disponíveis. Por outro lado, como argumentam Laclau e Mouffe (1985) e muitos outros, um direcionamento de oposição mais explícita, anti-hegemônico, pode levar à tarefa de mudanças sistêmicas mais profundas sem, espera-se, cair novamente na armadilha das estratégias de oposição que não reconhecem diferença e diversidade ou não incluem seus próprios

⁸ É claro que num contexto mais imediato, manobras políticas também estão em ação. Embora o meu enfoque esteja nas dimensões da arte e da teoria, citarei aqui uma dessas articulações enquanto metonímia para tantas outras: “nossa visão do futuro está inextricavelmente ligada aos nossos programas de mudança e aos modos pelos quais estruturamos nossos movimentos. A liberação da humanidade da opressão da sociedade de classe permanece em forma de realidade a ser alcançada. Tais projetos falharam no passado – falharam muito frequentemente porque deixaram de refletir e contar com as comunidades de onde surgiram, em vez disso, começaram a ditar regras sobre suas sociedades. Dessa forma, movimentos passaram de libertários a repressores. Isso pode ser evitado mas apenas se permanecermos enraizados – dependentes – em toda nossa atividade – de nosso relacionamento com as pessoas da sociedade em questão. Nosso objetivo é, ou precisa ser, o de permitir a democratização em massa de nossa sociedade para que o novo mundo possa ser nascido das cinzas do velho” (Kut Stand, não publicado).

códigos e subtextos de crítica auto-reflexiva. Quaisquer dessas possibilidades, agindo implícita ou explicitamente – ou, na melhor das hipóteses, uma combinação de ambas –, sugerem caminhos além do impasse, presente e anti-utópico, de uma economia e cultura transnacional e global.

Concluindo, naquilo a que Lorne Falk referiu-se como os nossos tempos “urgentes”, a pergunta pode ser feita de uma maneira mais direta: Como os projetos utópicos – políticos, acadêmicos, artísticos – re-ingressam, ocupam e sustentam-se naqueles espaços sociais que têm sido abandonados, ainda que por um tempo, pelo capital, ao passo em que ele transita globalmente pelos pontos nodais de oportunidade; e, ainda mais, como podem os projetos utópicos gerar novos espaços dentro de estruturas emergentes da sociedade global? Nesse contexto, os impulsos e ações utópicos podem surgir nos centros, bem como nas margens, mas naqueles centros que estão sendo rapidamente marginalizados e naquelas margens que estão sendo exploradas sob várias novas formas.

Portanto, tendo em mente o posicionamento sóbrio porém utópico de Gramsci, quero argumentar que os anos obscuros e gélidos do final do século XX acabaram. Quero argumentar que a longa marcha da ação vagarosa e firme da arte e da política, que começou nas décadas de sessenta e setenta, persiste, ainda que se tenha transformado e apesar de haver sido congelada por mais de duas décadas. Quero argumentar que – para remeter ao filme *The Thing*, da década de cinquenta – novas energias, novas estruturas de pensamento e novos movimentos políticos emergiram daquela terra devastada e gelada, nos movimentos anti-capitalistas e na escritura utópica deste século novo e desafiador. Nosso trabalho, como acadêmicos e professores, pode e deve ser uma parte importante desta realidade urgente.

Traduzido por Ari Denisson da Silva,
Cleusa Salvina Barbosa e Ildney Cavalcanti.

Referências

ALLIEZ, Eric; FEHER, Michel. The Luster of Capital. *Zone*. [S.l.], n. 1/ 2, p. 314-59, 1986.

BLOCH, Ernst. *The principle of hope*. Vol. 1. Translation Neville Plaice, Stephen Plaice and Paul Knight. Cambridge; Massachusetts: MIT Press, 1986. p. 127-31.

BLOCH, Ernst; ADORNO, Theodor W. Something's Missing: a discussions between Ernst Bloch and Theodor W. Adorno on the contradictions of utopian longing. In: ZIPES, Jack (Ed.) *The utopian function of art and literature: selected essays*. Translation Jack Zipes and Frank Mecklenburg. Cambridge; London: MIT Press, 1988.

CERTEAU, Michel de. *The Practice of Everyday Life*. Translation Steven Rendall. Berkeley, California: University of California Press, 1984.

GILMAN, Charlotte Perkins. *Herland*. New York: Pantheon Books, 1979.

GRAMSCI, Antonio. *Selections from the prison notebooks*. Ed. and translation Quintin Hoare and Geoffrey Nowell Smith. New York: International Publishers, 1971.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *A theology of liberation: history, politics, salvation*. Translation Sister Caridad Inda and John Eagleson. Maryknoll; New York: Orbis Books, 1973.

HARAWAY, Donna. A Manifesto for Cyborgs: Science, Technology and Socialist Feminism in the 1980's. *Socialist Review*. [S. l.], n. 80, p. 65-107, March-Apr. 1985.

HARVEY, David. *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Cambridge: Basil Blackwell, 1989.

JAMESON, Fredric. Of islands and trenches: neutralization and the production of utopian discourse. *Diacritics*. [S.l.], n. 7: 2, p. 6-21, Summer 1977.

JAMESON, Fredric. *The political unconscious: narrative as a socially symbolic act*. Ithaca; New York: Cornell University Press, 1981.

- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantall. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. Translation Winston Moore & Paul Cammack. London: Verso, 1985.
- LEFEBVRE, Henri. *Everyday life in the modern world*. New Brunswick; New Jersey: Transaction Books, 1984.
- LEVITAS, Ruth. *The concept of utopia*. Syracuse: Syracuse University Press, 1990.
- McCLENAHAN, Catherine. Textual Politics: The Uses of the Imagination in Joanna Russ' *The female man*. [S.l.]: *Transactions of the Winsconsin Academy of Sciences, Arts and Letters*, n. 70, p. 114-25, 1982.
- MOYLAN, Tom. *Demand de impossible: science fiction and the utopian imagination*. New York and London: Methuen, 1986.
- MOYLAN, Tom. *Scraps of the untainted sky: science fiction, utopia, dystopia*. Boulder: Westview, 2000.
- SAID, Edward. In the Shadow of the West. *Wedge*. [S.l.], n. 7/8 , p. 4-11, Winter/Spring 1985.
- SARGENT, Lyman Tower. Utopia: The Problem of Definition. *Extrapolation*. [S. l.], n. 16: 2, p. 137-148, May 1975.
- SOJA, Edward W. *Postmodern geographies: the reassertion of space and critical social theory*. London: Verso, 1989.
- TAUSSIG, Michael. *Shamanism, colonialism, and the wild man: A study in terror and healing*. Chicago; London: University of Chicago Press, 1987.
- WILDE, Oscar. The soul of man under socialism. In: *Selected essays and poems*. London: Penguin, 1954, p. 34.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.